



**UNIVERSIDADE DA INTEGRAÇÃO INTERNACIONAL DA
LUSOFONIA AFRO-BRASILEIRA-UNILAB
INSTITUTO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS - ICSA
CURSO DE GRADUAÇÃO EM ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA
PRESENCIAL**

GLEICIANE LIBERATO DA SILVA

**A INCLUSÃO DOS ALUNOS COM DEFICIÊNCIAS NAS
ESCOLAS PÚBLICAS DE ENSINO FUNDAMENTAL: O CASO
DO MUNICÍPIO DE REDENÇÃO**

**REDENÇÃO-CE
2017**



**UNIVERSIDADE DA INTEGRAÇÃO INTERNACIONAL DA LUSOFONIA AFRO-
BRASILEIRA-UNILAB
INSTITUTO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS - ICSA
CURSO DE GRADUAÇÃO EM ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA PRESENCIAL**

GLEICIANE LIBERATO DA SILVA

**A INCLUSÃO DOS ALUNOS COM DEFICIÊNCIAS NAS ESCOLAS
PÚBLICAS DE ENSINO FUNDAMENTAL: O CASO DO MUNICÍPIO DE
REDENÇÃO**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao curso de Administração Pública presencial como requisito para a obtenção do título de Bacharel em Administração Pública da Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (UNILAB).

Orientador (a): profa. Dra. Maria Vilma Coelho Moreira Faria.

**REDENÇÃO-CE
2017**

GLEICIANE LIBERATO DA SILVA

**A INCLUSÃO DOS ALUNOS COM DEFICIÊNCIAS NAS ESCOLAS
PÚBLICAS DE ENSINO FUNDAMENTAL: O CASO DO MUNICÍPIO DE
REDENÇÃO**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao curso de Administração Pública presencial como requisito para a obtenção do título de Bacharel em Administração Pública da Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (UNILAB).

Aprovado em: 21/12/2017

Nota: 9,0

Banca Examinadora:

Maria Vilma Coelho Moreira Faria

Profa. Dra. Maria Vilma Coelho Moreira Faria (Orientadora)

Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (UNILAB).

Joceny de Deus Pinheiro

Profa. Dra. Joceny de Deus Pinheiro (examinadora)

Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (UNILAB).

ClébiaMardônia Freitas Silva

ClébiaMardônia Freitas Silva (examinadora)

Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (UNILAB).

Dedico este trabalho aos meus pais que sempre acreditaram nos meus sonhos e a todas as pessoas com deficiência, que mesmo com as dificuldades conseguem se superar a cada dia.

AGRADECIMENTOS

Cheguei no nível da graduação que considero o mais difícil durante a minha vida acadêmica: fazer o TCC. Por isso, a ajuda e o apoio de todos que estiveram ao meu lado foi de supra importância para a conclusão do mesmo, não tendo como mencionar a todos, agradeço a:

Agradeço primeiramente a DEUS por ter restituído os meus sonhos;

Ao meu pai Antonio Dias da Silva e a minha mãe Maria Eliude Liberato da Silva ambos agricultores e mesmos sem estudos sempre me incentivam a estudar;

A professora Dra. Maria Vilma Coelho Moreira Faria, pela orientação, paciência e ajuda na conclusão do meu trabalho;

Aos membros da minha banca examinadora, profa. Dra. Joceny de Deus Pinheiro e Clébia Mardônia Freitas Silva;

A Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (UNILAB) pela oportunidade de estar me graduando no curso de bacharel em Administração Pública;

A todos os professores do curso de Administração Pública da UNILAB, em especial os que contribuírem com o meu crescimento profissional e aprendizado;

A toda a equipe pedagógica, diretores, coordenadores e professores das escolas de ensino fundamental do município de Redenção que me receberam e contribuíram com a pesquisa;

Aos pais e responsáveis dos alunos com deficiência pela confiança e atenção em responder as entrevistas;

Enfim, a todos que cooperam direta e indiretamente para a conclusão desse trabalho.

*Esperei com paciência no SENHOR, e ele se inclinou para mim, e
ouviu o meu clamor.*

(Salmos 40:1)

RESUMO

O presente trabalho trata da temática da inclusão dos alunos com deficiência nas escolas de ensino regular. Por tanto, esta pesquisa tratou-se de um estudo de caso da natureza qualitativa cujo objetivo consistiu em uma análise de como está sendo realizada a inclusão dos alunos com deficiência nas escolas municipais de ensino fundamental no município de Redenção- CE. Também apresenta de forma concisa as reflexões de diversos autores referente ao regaste histórico do surgimento da educação inclusiva dos alunos com deficiência, os desafios, a legislação inclusiva e a conceituação da educação inclusiva. As pesquisas foram realizadas em quatro escolas de ensino fundamental do município de Redenção. Os dados foram obtidos através de entrevistas semiestruturada a informantes-chaves para alcançar os objetivos da pesquisa. A educação inclusiva de alunos com deficiência nas escolas municipais de ensino fundamental no município citado estar em fase de adequação, uma vez que falta capacitação para os professores, materiais didáticos específicos e falta elaboração e implantação políticas públicas municipais inclusivas para os alunos com deficiências. Por isso, faz-se necessário um olhar diferenciado da Administração pública para as pessoas com deficiência que carece de oportunidades de inclusão social e, conseqüentemente, garantir o exercício de sua cidadania pelas instituições públicas.

PALAVRAS-CHAVE: Educação Inclusiva, alunos com deficiência, ensino básico.

ABSTRACT

This paper deals with the inclusion of students with disabilities in regular schools. Therefore, this research was a case study of the qualitative nature whose objective consisted in an analysis of how the inclusion of the students with deficiency in the municipal schools of primary education in the municipality of Redenção-CE is being carried out. It also presents in a concise way the reflections of several authors regarding the historical watering of the emergence of inclusive education of students with disabilities, challenges, inclusive legislation and the conceptualization of inclusive education. The researches were carried out in four elementary schools in the municipality of Redenção. Data were obtained through semi-structured interviews with key informants to achieve the research objectives. Inclusive education of students with disabilities in municipal schools of primary education in the municipality cited is in the adaptation phase, since there is a lack of capacity building for teachers, specific didactic materials and lack of elaboration and implementation of municipal public policies inclusive for students with disabilities. Therefore, it is necessary to have a different view of the Public Administration for people with disabilities who lack opportunities for social inclusion and, consequently, guarantee the exercise of their citizenship by public institutions.

KEY WORDS: Inclusive Education, students with disabilities, basic education.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Quadro 1: Diferentes terminologias.....	21
Quadro 2: Cronograma de Atendimento do AEE.....	34
Quadro 3: Escolas municipais de ensino fundamental de Redenção com matrículas de alunos com deficiência.....	35
Gráfico 1: Deficiências dos alunos matriculados nas escolas de ensino fundamental do município de Redenção.....	37

LISTA DE TABELAS

Tabela 1: Deficiências dos alunos matriculados nas escolas pesquisadas.....	29
---	----

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

AEE- Atendimento Educacional Especializado

CF/88- Constituição da República Federativa do Brasil de 1988

CNE/ CEB- Conselho Nacional de Educação/ Câmara de Educação Básica

CONADE- Conselho Nacional dos Direitos da Pessoa com Deficiência

EMEIEF- Escola Municipal de Ensino Infantil e Ensino Fundamental

ECA- Estatuto da Criança e do Adolescente

IBGE-Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

INEP- Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira

IPECE- do Instituto de Pesquisa e Estratégia Econômica do Ceará

LDBEN- Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional

MEC- Ministério da Educação

ONU- Organização da Nações Unidas

PNE- Plano Nacional da Educação

SEESP- Secretaria de Educação Especial

SEDUC- Secretaria de Educação do Ceará

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO.....	13
2 EDUCAÇÃO INCLUSIVA.....	16
2.1 Surgimento da educação inclusiva.....	16
2.2 Definindo educação inclusiva.....	17
2.3 Diferentes terminologias.....	19
2.4 Os desafios da educação inclusiva.....	21
2.5 A legislação brasileira da educação inclusiva de alunos com deficiência.....	23
3 METODOLOGIA.....	27
3.1 Métodos e técnicas utilizados na pesquisa.....	27
3.2 Breve histórico da cidade onde realizou-se a pesquisa.....	28
3.3 Local da Pesquisa.....	29
3.4 Participantes da Pesquisa.....	30
4. ANÁLISE DOS DADOS COLETADOS.....	32
4.1 Atendimento Educacional Especializado (AEE)	32
4.2 O Atendimento Educacional Especializado (AEE) no município de Redenção.....	33
4.3 Escolas municipais de ensino fundamental do município de Redenção que possuem matrículas de alunos com deficiência	35
4.4 Tipos de deficiências dos alunos matriculados nas escolas de ensino fundamental do município de Redenção.....	36
4.5 A educação inclusiva dos alunos com deficiência em Redenção.....	37
4.6 Os desafios da educação inclusiva no município de Redenção.....	40
4.7 A educação inclusiva no município de Redenção na visão dos entrevistados.....	44
4.8 Reflexões acerca da pesquisa de campo.....	45
5. CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	47
REFERÊNCIAS.....	49
APÊNDICES.....	52
ANEXOS.....	56

1 INTRODUÇÃO

Em década passadas as pessoas que possuíam alguma deficiência eram privadas de alguns direitos, principalmente, no que concerne à educação. Nos últimos anos, o tema da educação inclusiva de alunos com deficiência tem sido assunto em todo o mundo seja através de conferências mundiais, na realização de leis e políticas públicas ou através de debates na televisão e na internet. Recentemente foi tema da redação do Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM), Desafios para a formação educacional de surdos no Brasil.

Para Sasaki (2005, p.22), “O mundo caminha para a construção de uma sociedade cada vez mais inclusiva. Sinais desse processo de construção são visíveis com frequência crescente, por exemplo, nas escolas, na mídia, nas nossas vizinhanças, na comunidade e em programas e serviços”.

Não adianta só o debate em si, mais é preciso fornecer o suporte necessário para acontecer na prática a inclusão dos alunos com deficiência nas escolas regulares, assim como é comentado.

Dados do Instituto Nacional de Estudos e pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP), apontam que no Censo Escolar de 2016, 57,8% das escolas brasileiras têm matrículas de alunos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento ou altas habilidades incluídas em classes comuns. Em 2008, esse percentual era de apenas 31%. Teve um aumento de 26,8%, nas matrículas nos últimos 8 anos.

As regiões Nordeste e Norte são as que apresentam os maiores percentuais de alunos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento ou altas habilidades, incluídos em classes comuns, com 94,3% e 90,7% respectivamente. (INEP, 2016),

A educação inclusiva vem se tornando uma realidade cada dia mais desafiadora para as instituições de ensino brasileira, visto que, o direito à educação não se configura apenas na concretização da matrícula do aluno, mas principalmente na sua participação e aprendizagem ao longo da vida (SEESP/MEC, 2010).

A educação inclusiva configura-se de um objetivo muito maior do que apenas matricular os alunos com deficiência nas escolas comuns, é preciso oferecer um ensino de qualidade com oportunidades iguais de desenvolvimento. É preciso que as escolas estejam aptas em todos os níveis para receber esses alunos, nos métodos de ensino, na formação dos professores, acessibilidade dos ambientes internos e externos das escolas, entre outros.

A Educação Inclusiva deveria ser uma prática de todas as escolas, seja ela particular ou pública. Independentemente de sua área de atuação devem obrigatoriamente estarem preparadas para acolher todos os alunos, considerando suas inúmeras necessidades.

Para que a educação inclusiva se torne uma preocupação tanto das escolas como dos gestores é necessário disseminar os direitos das pessoas com deficiências para toda a sociedade, para garantir de fato que a inclusão aconteça no contexto local integrando pessoas da sociedade, alunos, escolas, gestores públicos atuantes nas esferas Federal, Estadual e Municipal e demais da Organizações da sociedade civil.

Tendo em vista que a educação inclusiva representa um dos maiores desafios nas escolas de ensino básico tanto em termos de estrutura física, quanto em termos relacionados à capacitação dos profissionais que lidam com o público que necessita de inclusão e acima de tudo no que se refere à elaboração e aplicação de políticas públicas adequadas. O presente trabalho procurou responder a seguinte questão: Como está sendo realizada a inclusão dos alunos com deficiência nas escolas públicas de ensino fundamental do município de Redenção?

Considerando que a principal função do gestor é identificar as demandas da sociedade e buscar ferramentas para solucioná-las. Este trabalho foi desenvolvido com intuito de chamar atenção dos gestores públicos, para os direitos das pessoas com deficiências que vivem no município de Redenção e conseqüentemente implantarem no município políticas inclusivas educacionais, para que todos sejam incluídos na educação formal.

A falta de informação por parte da família, da escola e da sociedade sobre os direitos das pessoas com deficiência é um dos fatores que dificultam a garantia dos direitos dessas pessoas. Por isso, esse estudo pretende contribuir tanto para que os gestores públicos fiquem atentos às dificuldades e direitos das pessoas com deficiência como para que os demais atores sociais de Redenção cobrem os direitos já garantidos em lei.

Esta pesquisa torna-se relevante por ser um assunto atual e por não ter trabalhos com essa temática no município de Redenção.

Portanto, este estudo teve como objetivo principal realizar uma análise de como está sendo realizada a inclusão dos alunos com deficiência nas escolas municipais de ensino fundamental no município de Redenção. Através dos seguintes objetivos específicos: Identificar as escolas que tem alunos com deficiências; compreender como funciona o AEE no município de Redenção; descrever os principais desafios da educação inclusiva no município de Redenção.

Para alcançar os objetivos delineados, foi realizado um estudo de caso qualitativo em quatro escolas públicas de ensino fundamental no município de Redenção. Onde foram

realizadas entrevistas semiestruturadas com pessoas que fazem parte do processo de inclusão de alunos com deficiência no município citado.

Este trabalho é formado pela introdução e quatro capítulos. O primeiro capítulo refere-se ao referencial teórico, no qual é feito um resgate histórico do surgimento da educação inclusiva dos alunos com deficiência, apresenta os desafios e a legislação inclusiva. O segundo capítulo apresenta a metodologia utilizada na pesquisa, assim como um breve histórico da cidade onde realizou-se a pesquisa e os participantes da pesquisa. No terceiro capítulo são descritos os dados coletados durante a pesquisa. No quarto e último capítulo são apresentadas algumas considerações relacionadas a elaboração do trabalho.

2 EDUCAÇÃO INCLUSIVA DE ALUNOS COM DEFICIÊNCIA

Neste capítulo será apresentado o referencial teórico do trabalho através de aspectos referentes da educação inclusiva na visão de diferentes autores. Inicialmente fez-se um resgate histórico do surgimento da educação inclusiva, em seguida é apresentada as diferentes terminologias utilizada pela sociedade ao referir-se as pessoas com deficiências, os desafios e a legislação brasileira da educação inclusiva.

2.1 Surgimento da Educação Inclusiva

Segundo Mrech (2001), o conceito de Educação Inclusiva teve início nos Estados Unidos com a criação da Lei Pública 94.142, de 1975. No Brasil, as primeiras ações voltadas para a educação das pessoas com deficiência aconteceram no período do Império, influenciado pelas as ideias e o modelo adotado na Europa.

Conforme Mantoan (2001), essas ações não tinha a integração com políticas públicas de educação e só depois de aproximadamente um século, a educação especial passa a fazer parte do sistema educacional brasileiro, mais precisamente no início dos anos 60 com o título de “educação dos excepcionais”.

Nesse período também, são criadas as primeiras instituições de educação para o atendimento de pessoas cegas e surdas no estado do Rio de Janeiro, nos anos de 1854 e 1857 são fundados respectivamente o Imperial Instituto dos Meninos Cegos e o Instituto dos Surdos Mudos.

A educação direcionada as pessoas com deficiências apresentada no contexto acima, não era configurada como educação inclusiva, pois os alunos com deficiência eram excluídos do convívio escolar com outros alunos que não possuíam deficiências.

...a história da educação especial no Brasil foi se estruturando, seguindo quase sempre modelos que primam pelo assistencialismo, pela visão segregativa e por uma segmentação das deficiências, fato que contribui ainda mais para que a formação escolar e a vida social das crianças e jovens com deficiência aconteçam em um mundo à parte. (MANTOAN, 2016, p. 01)

Essas ações embora que remota do real sentido de inclusão nas escolas, mostra que aos poucos a sociedade começa a se preocupar com as dificuldades e necessidades das pessoas com deficiência.

O atendimento educacional às pessoas com deficiência é fundamentado em 1961, através das disposições da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN), Lei nº 4.024/61, que estabelece o direito dos “excepcionais” à educação, preferencialmente nas escolas regulares. (SEESP, 2008)

Mas é a partir da Declaração de Salamanca (1996) que o direito a educação dos alunos com deficiência se tornar prioridade no sistema educacional em todo o mundo.

2.2 Definindo educação inclusiva

A educação inclusiva traz um novo conceito de educação, onde todos incluindo escolas, pais, alunos e comunidade sem distinção trabalham juntos para obterem resultados positivos em relação a inclusão dos alunos com deficiência. Nesse sentido quebram paradigmas de um ensino público ultrapassado e abrem caminhos para a nova educação: a educação da inclusão. Nesse ensino todos precisam se adaptar aos novos métodos didáticos, escola, pais e alunos.

A Educação Inclusiva vem para substituir a escola tradicional, na qual todos os alunos precisavam se adaptar ao mesmo método pedagógico e eram avaliados da mesma forma. Quem não se enquadrasse, estava fora dos padrões considerados aceitáveis e era encaminhado para a classe especial, para a escola especial ou, simplesmente, acabava desistindo de estudar. (GIL, 2005, p.18)

Inclusão nas escolas não é só matricular os alunos, mais é preciso estar atento às dificuldades de cada indivíduo e oferecer condições adequadas para que todos tenham acesso e permanência na escola de maneira que sejam respeitadas e trabalhadas suas limitações. Mantoan (1998, p.4) afirma que “a inclusão causa uma mudança de perspectiva educacional, pois não se limita a ajudar somente os alunos que apresentam dificuldades na escola, mas apoia a todos: professores, alunos, pessoal administrativo, para que obtenham sucesso na corrente educativa geral”.

Para uma educação de qualidade faz-se necessário que haja um incentivo por parte do Ministério da educação em qualificar os professores da rede regular de ensino, assim como, preparar toda a equipe pedagógica da escola e oferecer materiais didáticos específicos a cada deficiência dos alunos. Essas ferramentas são necessárias para dar suporte e garantir o processo de ensino-aprendizagem e inclusão com qualidade dos alunos com deficiência.

Outra ação que deveria ser desenvolvida pelas escolas é a divulgação dos direitos das pessoas com deficiência, muitas vezes desconhecidos pela família, pela sociedade e até pelas

pessoas com deficiência. A escola precisa ser um ambiente inclusivo, mas é preciso que a mesma tenha mecanismos necessários para promover essa inclusão.

Melhorar as condições da escola é formar gerações mais preparadas para viver a vida na sua plenitude, livremente, sem preconceitos, sem barreiras. Não podemos nos contradizer nem mesmo contemporizar soluções, mesmo que o preço que tenhamos de pagar seja bem alto, pois nunca será tão alto quanto o resgate de uma vida escolar marginalizada, uma evasão, uma criança estigmatizada, sem motivos. (MANTOAN, 2000, p. 17).

No processo de inclusão além de matricular os alunos com deficiência nas escolas regulares se faz necessário que as instituições de ensino sejam capazes de prestar um ensino qualificado para o desenvolvimento desses alunos não só na escola, mas na sua vida profissional. Nesse processo o papel dos gestores públicos é essencial na elaboração de políticas públicas para tornar os espaços físicos das escolas acessíveis aos alunos com deficiências, bem como qualificar os profissionais da educação.

Para Merch (2001), a tarefa de conceituar o termo inclusão envolve o entendimento de diversos fatores, como é destacado a seguir:

- Atender aos estudantes portadores de necessidades especiais na vizinhança da sua residência;
- Propiciar a ampliação do acesso destes alunos às classes comuns;
- Propiciar aos professores da classe comum um suporte técnico;
- Perceber que as crianças podem aprender juntas, embora tendo objetivos e processos diferentes;
- Levar os professores a estabelecer formas criativas de atuação com as crianças portadoras de deficiência;
- Propiciar um atendimento integrado ao professor de classe comum. (MERCH, 2001, p. 3)

A mesma autora define o que não é inclusão:

- Levar crianças às classes comuns sem o acompanhamento do professor especializado;
- Ignorar as necessidades específicas da criança;
- Fazer as crianças seguirem um processo único de desenvolvimento, ao mesmo tempo e para todas as idades;
- Extinguir o atendimento de educação especial antes do tempo esperar que os professores de classe regular ensinem as crianças portadoras de necessidades especiais sem um suporte técnico. (MERCH, 2001, p. 3)

A educação inclusiva não é uma nova forma de educação com objetivos totalmente diferentes da educação comum, mas objetiva que os alunos com deficiência e os que não possuem deficiências estudem todos juntos em escolas regulares. Prioriza ainda, uma

metodologia diferenciada em que os profissionais são especializados, a escola é acessível e os materiais são adequados as deficiências de cada aluno.

Uma escola pode ser avaliada inclusiva quando esta, se propõe dentro de sua metodologia de ensino oferecer recursos para que cada aluno independentemente de suas limitações, tenham acesso a um ensino de qualidade.

Numa escola inclusiva, o aluno é sujeito de direito e foco central de toda ação educacional; garantir a sua caminhada no processo de aprendizagem e de construção das competências necessárias para o exercício pleno da cidadania é, por outro lado, objetivo primeiro de toda ação educacional. (EDUCAÇÃO INCLUSIVA: A ESCOLA, 2004, p.8)

Para Glat, Pletsch e Fontes (2007), a educação inclusiva é baseada exatamente no pressuposto de que a escola deve oferecer um currículo flexível e vinculado aos interesses individuais e sociais de seus alunos, além de garantir acessibilidade de locomoção e comunicação em suas dependências, e desenvolver metodologias e práticas pedagógicas para atender às demandas de todos os alunos e assim eles serão capazes de aprender e se desenvolver juntos.

2.3 Diferentes Terminologias

Pessoas com deficiência de acordo com o Decreto Lei 3.298/99 são aquelas que possuem alguma limitação tanto: visual, auditiva, mental ou física, necessitando de atendimento e cuidados especiais. (BRASIL,1999). Essas deficiências podem ser causadas por enfermidades, doenças congênitas ou através de acidentes.

Segundo a Resolução da Organização das Nações Unidas (ONU), intitulada de Declaração dos Direitos das Pessoas Portadoras de Deficiências/1975 define deficiência como:

O termo “pessoas deficientes” refere-se a qualquer pessoa incapaz de assegurar por si mesma, total ou parcialmente, as necessidades de uma vida individual ou social normal, em decorrência de uma deficiência congênita ou não, em suas capacidades físicas ou mentais. (ONU, 1975, p.01)

Deficiência não pode ser considerada como um fator crucial de rejeição e abandono, pois, todos têm direitos e devem ser respeitados. As dificuldades enfrentadas pelos deficientes não fazem deles pessoas incapazes, mais demonstra que todos têm dificuldades que podem ser superadas.

De acordo com o Art.3º do Decreto Lei 3.298/99 são considerados três tipos distintos de deficiência:

I - Deficiência – toda perda ou anormalidade de uma estrutura ou função psicológica, fisiológica ou anatômica que gere incapacidade para o desempenho de atividade, dentro do padrão considerado normal para o ser humano;

II - Deficiência permanente – aquela que ocorreu ou se estabilizou durante um período de tempo suficiente para não permitir recuperação ou ter probabilidade de que se altere, apesar de novos tratamentos; e

III - Incapacidade – uma redução efetiva e acentuada da capacidade de integração social, com necessidade de equipamentos, adaptações, meios ou recursos especiais para que a pessoa portadora de deficiência possa receber ou transmitir informações necessárias ao seu bem-estar pessoal e ao desempenho de função ou atividade a ser exercida. (DECRETO Lei 3.298, 1999)

No estatuto da pessoa com deficiência, mais precisamente em seu art. 2º encontrar-se a seguinte definição para deficiência:

Consideram-se pessoas com deficiência aquelas que têm impedimentos de longo prazo de natureza física, mental, intelectual ou sensorial, os quais, em interação com diversas barreiras, podem obstruir sua participação plena e efetiva na sociedade em igualdade de condições com as demais pessoas. (ESTATUTO DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA, 2013)

Como pode ser observado no artigo citado acima pessoa com deficiência são pessoas que possuem algum impedimento para realizar alguma atividade, não tem nada a ver com falta de capacidade ou inteligência. Mas, com essas pessoas enfrentam muitas dificuldades na sua inserção na sociedade, se faz necessário uma maior atenção com elas por parte da família, do poder público e da sociedade.

Segundo Sasaki (2009), antigamente era comum a sociedade se utilizar de termos como inválidos, aleijados, especiais e incapacitados para se referir as pessoas que possuíam alguma deficiência. Essas denominações foram utilizadas até a década de 80. Com a influência do Ano Internacional das Pessoas Deficientes, em 1881, começa a ser introduzido a expressão pessoa deficiente. No começo nem todos aceitaram bem essa nova terminologia, já que muitos nem consideravam os deficientes como pessoas.

Outro termo bastante utilizado pela sociedade até pouco tempo era “pessoa portadora de deficiência”, mas, esse termo cai em desuso devido ao seu real significado. Para Sasaki (2009), é importante explicar que o termo "portadores" sugere algo que se "porta", como por exemplo portar um documento ou ser portador de alguma doença. Como a deficiência, em sua maioria é algo permanente, então não cabe o termo "portadores”.

Com isso, conclui-se que essa terminologia não deve ser aplicada, uma vez que a deficiência seja ela física, mental ou intelectual é algo que o indivíduo tem que conviver ao longo da sua vida e não algo como um objeto que pode escolher quando e onde levar.

No ano de 2001, começa a introduzir o uso da terminologia “pessoas com necessidades especiais”, na educação referia-se “alunos com necessidade educacional especial”. O termo é usado até 2010. Na visão de Glat, Pletsch e Fontes (2007, p.349), o conceito de necessidade educacional especial, tem sido empregado como sinônimo de deficiência, no entanto a sua definição está relacionado à “interação do aluno com os conteúdos e a proposta educativa com a qual ele se depara no cotidiano escolar”.

O Conselho Nacional dos Direitos da Pessoa Portadora de Deficiência (CONADE), em 2010, determinou por meio da Portaria 2.344, o termo apropriado para se referir as pessoas com necessidades especiais. Na Lei mencionada em seu Art. 2º, parágrafo I, estar expresso: Onde se lê "Pessoas Portadoras de Deficiência", leia-se "Pessoas com Deficiência". (BRASIL, 2010)

O quadro 1 demonstra as diferentes terminologias utilizadas pela sociedade ao longo dos anos para referir-se as pessoas que possuem alguma deficiência.

Quadro 1- Diferentes terminologias

DISPOSITIVO LEGAL	DENOMINAÇÃO	ANO
LDBEN- nº 4.024	Excepcionais	1961
Emenda Constitucional nº 12	Deficientes	1978
Constituição Federal	Portadores de deficiência	1988
Lei nº 7.853	Pessoas portadores de deficiência	1989
Política Nacional da Educação Especial	Portadores de necessidades especiais	1994
Decreto 3.298	Pessoas portadoras de deficiência	1999
Resolução CNE/CEB nº 2	Necessidades educacionais especiais	2001
Plano Nacional de Educação	Pessoas com necessidades especiais	2001
CONADE	Pessoas com deficiência	2010

Fonte: elaborado pela autora com base em documentos da legislação brasileira de inclusão

Sassaki (2009) destaca que os termos são avaliados como corretos em consonância de certos valores e conceitos vigentes em cada sociedade e em cada época. Assim, eles passam a ser considerados como sendo incorretos, a partir do instante que esses valores e conceitos vão sendo substituídos por outros, exigindo assim, o uso de outras expressões.

2.4 Os desafios da Educação Inclusiva

O sistema educacional no geral tem suas dificuldades e desafios que precisam ser superados. Na educação inclusiva não é diferente pelo contrário as escolas enfrentam grandes desafios na implantação de uma escola inclusiva.

Priorizar a qualidade do ensino regular é, pois, um desafio que precisa ser assumido por todos os educadores. É um compromisso inadiável das escolas, pois a educação básica é um dos fatores do desenvolvimento econômico e social. Trata-se de uma tarefa possível de ser realizada, mas é impossível de se efetivar por meio dos modelos tradicionais de organização do sistema escolar. (MANTOAN, 2001, p.3)

A autora ainda completa dizendo que algumas escolas regulares que não recebem os alunos com deficiência se explicam com a justificativa de os professores não estarem preparados para esta tarefa. Além daquelas que não acreditam que esses alunos poderão ter grandes avanços nas turmas regulares, principalmente nos casos mais graves, já que não teriam condições de acompanhar os progressos dos demais alunos e isso ocasionaria ainda mais em exclusão e discriminação na sala regular do que nas classes e escolas especiais.

A escola antes de tudo precisa entender a definição da educação inclusiva e quais os caminhos deve trilhar, ou seja, necessita estar informada da importância da inclusão na escola, bem como, saber como de fato torná-la inclusiva. É de suma importância também levar essas informações para os alunos e pais para juntos definir estratégias para que a escola se torne de fato inclusiva. Com isso, todos os alunos terão rendimento escolar satisfatório independentemente de suas deficiências.

Para Sasaki (2001) um dos desafios de tornar a educação inclusiva se deve à falta ou informações erradas a respeito do modelo de inclusão, causando assim, uma resistência a mudança dos profissionais educacionais de todos os níveis, dos professores das escolas comuns e especiais, das famílias e dos alunos com e sem deficiências.

Entre as ações que podem ser realizadas pelas as escolas regulares para tornar eficaz a inclusão dos alunos com deficiência, pode ser citada a realização de campanhas para esclarecimento ao público em geral sobre a inclusão, oferecimento de treinamentos para os professores, acessibilidade dos espaços escolares, disponibilidade de materiais escolares de acordo com cada deficiência, bem como, mudanças nos critérios de avaliação do rendimento escolar. (SASSAKI, 2009).

Entre os desafios enfrentados pelas escolas na implantação da educação inclusiva merece destaque a formação dos professores, uma vez que, são eles que irão colocar em pratica

as ações delineadas pela educação inclusiva e por isso precisam estar preparados para lidar com todas as dificuldades dos alunos tenham eles deficiências ou não.

Para Freitas (2008) a formação do professor vai além de ter conhecimento das especificidades e particularidades das deficiências dos alunos, é preciso que o professor repense a prática educativa, desde o currículo, o planejamento e a avaliação com um olhar de valorização e respeito das diferenças.

Outro desafio que pode ser destacado é a falta de apoio dos governos em auxiliar as escolas no processo de inclusão. É notório a existência de diversas leis em apoio aos alunos com deficiência, mais também é visível que muitas dessas leis não apresentam na prática o devido resultado esperado. Entretanto, o papel do governo também é primordial nesse processo de inclusão, seja oferecendo material didático de acordo com as deficiências dos alunos, construindo e/ou reformando as escolas para serem acessíveis, fazendo parcerias com as universidades para oferecer cursos voltados para a educação inclusiva, entre outros.

Nossa expectativa é no sentido de que a *educação inclusiva* concretize-se numa *escola para todos* não só nos debates políticos, acadêmicos, profissionais, mas contando com uma clarificação de diretrizes e provisão de meios para a ação educacional escolar abrangente, integradora, inclusiva, em todos os níveis da administração educacional e particularmente na escola. (Mazzotta e Sousa, 2000, p. 107)

A escola tem o papel de acolher todos os alunos sem discriminação, por isso, se faz necessário que a mesma disponha dos mecanismos necessários, para que todos os alunos tenham o maior aproveitamento possível de todas as disciplinas.

2.5 A legislação brasileira da educação inclusiva de alunos com deficiência

Com o passar dos anos, houve grandes avanços na garantia dos direitos das pessoas com deficiências como forma de promover a igualdade, tanto na educação como em outras áreas referente aos direitos fundamentais. Esses direitos, se tornaram inerentes através de Leis, Decretos, Portarias e Resoluções em todo o mundo. No Brasil, vale ressaltar alguns desses documentos que asseguram o direito à educação gratuita e de qualidade no ensino regular as pessoas com deficiência.

Em 1961, a primeira Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDBEN, Lei nº 4.024/61, aborda em seu Art. 88, o direito dos excepcionais a educação nas instituições de ensino, com o objetivo de integra-los na sociedade. (BRASIL, 1961).

Em épocas passadas, pessoas que possuíam alguma deficiência eram excluídas da sociedade, sendo privada de direitos essenciais e do convívio social. O direito a educação só foi garantido a todos os cidadãos a partir da Constituição Federal de 1988, em seu Art. 205, onde define a educação como sendo um direito de todos, além de atribuir ao Estado e a família o dever de garantir esse direito. (BRASIL, 1988).

No referente ao direito à educação para alunos com deficiência, a Constituição ainda instituiu no Art.206, Inciso I, a igualdade de condições para o acesso e permanência na escola. No Art. 208, inciso III, garante o atendimento educacional especializado aos portadores de deficiência, preferencialmente na rede regular de ensino. (BRASIL,1988).

Em 1989 é criada a Lei 7. 853 cujo o objetivo era assegurar os direitos das pessoas com deficiências e sua integração social. Com relação a educação, a Lei declara no Art. 2, inciso I, na alínea c): “a oferta, obrigatória e gratuita, da Educação Especial em estabelecimento público de ensino”. (BRASIL, 1989)

Com relação a não aceitação de alunos com deficiências pelas escolas seja pública ou privada, cujo os motivos de não receberem esses alunos é sua deficiência, a lei é bem clara e classifica tal ato com crime cabível de punição:

Art. 8º Constitui crime punível com reclusão de 1 (um) a 4 (quatro) anos, e multa:
I - Recusar, suspender, procrastinar, cancelar ou fazer cessar, sem justa causa, inscrição de aluno em estabelecimento de ensino de qualquer curso ou grau, público ou privado, por motivos derivados da deficiência que porta; (Lei 7. 853, 1889)

Em 1990 é publicado o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), Lei nº. 8.069/90, que apregoa os direitos das crianças e dos adolescentes. No que, se refere a educação das pessoas com deficiências, reforça em seu Art. 54, inciso III o que afirma a Constituição de 88, ao trazer a responsabilidade do Estado em oferecer o “atendimento educacional especializado aos portadores de deficiência, preferencialmente na rede regular de ensino”. (BRASIL, 1990).

O direito a educação das pessoas com deficiência ganha um reforço bastante significativo com a publicação da Declaração de Salamanca de 1994. A mesma é resultado de uma conferência mundial realizada pelo governo Espanhol junto com a UNESCO, na cidade da Salamanca na Espanha. A conferência contou com a participação de representantes de 92 países e 25 Organizações Internacionais. Participaram ainda, funcionários da educação, administradores, organizações governamentais e não governamentais, entre outros. O objetivo da conferência era reafirmar:

O direito à educação de todos os indivíduos, tal como está inscrito na Declaração Universal dos Direitos do Homem de 1948, e renovando a garantia dada pela comunidade mundial na Conferência Mundial sobre Educação para Todos de 1990 de assegurar esse direito, independentemente das diferenças individuais. (DECLARAÇÃO DE SALAMANCA, 1994, p.7)

Na Declaração de Salamanca é mencionada o papel dos governos na elaboração e execução de políticas educacionais que garanta a inclusão de todos na escola independentemente de suas limitações.

A Declaração citada, ainda aborda sobre a importância da educação inclusiva nas escolas, priorizando a integração dos alunos:

As escolas regulares, seguindo esta orientação inclusiva, constituem os meios mais capazes para combater as atitudes discriminatórias, criando comunidades abertas e solidárias, construindo uma sociedade inclusiva e atingindo a educação para todos; além disso, proporcionam uma educação adequada à maioria das crianças e promovem a eficiência, numa ótima relação custo-qualidade, de todo o sistema educativo. (DECLARAÇÃO DE SALAMANCA, 1994, p. 9).

Em 1996 é publicada a nova Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional-LDBN, Lei 9.394/96, aonde destina o capítulo V, que inclui os art. 58 e 60, para tratar especialmente da educação especial. Merece destaque o Art. 58, parágrafo 3º: “A oferta de educação especial, dever constitucional do Estado, tem início na faixa etária de zero a seis anos, durante a educação infantil”. (BRASIL, 1996).

O Art. 59, inciso III, estabelece que as escolas devem contar com “professores com especialização adequada em nível médio ou superior, para atendimento especializado, bem como professores do ensino regular capacitados para a integração desses educandos nas classes comuns”. (BRASIL, 1996).

Em 2001 através da Resolução CNE/CEB nº 2, de 11 de setembro de 2001, é lançado as Diretrizes Nacionais para Educação Especial na Educação Básica, para reforçar o capítulo V da LDBN. As diretrizes foram criadas para nortear os sistemas educacionais quanto ao atendimento especializado aos alunos com necessidades educacionais especiais no ensino regular. (BRASIL, 2001).

Ainda no ano de 2001 por meio da Lei nº 010172, de 9 de janeiro de 2001 é criado o Plano Nacional de Educação – PNE, um dos seus objetivos é “assegurar a inclusão, no projeto pedagógico das unidades escolares, do atendimento às necessidades educacionais especiais de seus alunos, definindo os recursos disponíveis e oferecendo formação em serviço aos professores em exercício”. (Brasil, 2001, p.58)

Em 2001 também teve a Convenção da Guatemala (1999), no Brasil é regulamentada pelo Decreto nº 3.956/2001. Na qual, preconiza que todo tipo de Discriminação contra as Pessoas com deficiência seja banido.

Na lei mencionada em seu Art. III, parágrafo 2º, alínea c), "traz a responsabilidade dos Estados em sensibilizar a população, através de campanhas de educação, destinadas a eliminar preconceitos, estereótipos e outras atitudes que atentam contra o direito das pessoas a serem iguais, permitindo desta forma o respeito e a convivência com as pessoas portadoras de deficiência". (Brasil, 1999).

Em 2003, o Ministério da Educação, através da Secretaria de Educação Especial, implementa o Programa Educação Inclusiva: Direito à Diversidade, cujo objetivo consiste em "transformar o sistema educacional em um sistema inclusivo, que garanta aos alunos com necessidades educacionais especiais o direito a um ensino educacional de qualidade nas escolas regulares". Para que esse objetivo seja alcançado o programa em 2003 oferecia formação aos gestores e educadores em 1.869 municípios.

Em 2004 é publicado pelo Ministério público o documento intitulado: O Acesso de Alunos com Deficiência às Escolas e Classes Comuns da Rede Regular, com o propósito de disseminar os conceitos e diretrizes referente a inclusão da pessoa com deficiência na educação.

Considerando que existem diversas leis, que asseguram os direitos das pessoas com deficiências, as escolas já deveriam estar preparadas para lidar com as necessidades desses alunos. Ao que concerne aos professores, esses deveriam receber capacitações contínuas a fim de aperfeiçoar o conhecimento específico sobre a educação inclusiva, bem como conhecer técnicas didáticas que os capacitem, para oferecer uma educação inclusiva de qualidade, no entanto a realidade é diferente, visto que, vários alunos que necessitam desse tipo de educação diferenciada estão fora da escola.

3 METODOLOGIA

Neste capítulo será exposto a metodologia utilizada para a realização do trabalho, os métodos e técnicas, a coleta dos dados, um breve histórico da cidade e o local onde realizou-se a pesquisa e os participantes da pesquisa.

3.1 Métodos e técnicas utilizados na pesquisa

Quanto a abordagem do problema a pesquisa trata-se de um estudo de caso de cunho qualitativo. Na visão de (Marconi e Lakatos, 2010, p.269), “a metodologia qualitativa preocupa-se em analisar e interpretar aspectos mais profundos, descrevendo a complexidade do comportamento humano. Fornece análise mais detalhada sobre as investigações, hábitos, atitudes, tendências de comportamento etc.”

Quanto aos procedimentos a pesquisa consiste de um estudo de caso. Segundo Yin (2010, p.39) o estudo de caso é “uma investigação empírica que investiga um fenômeno contemporâneo em profundidade e em seu contexto de vida real, especialmente quando os limites entre o fenômeno e o contexto não são claramente evidentes”.

Quanto aos objetivos tratou-se de uma pesquisa descritiva-exploratória. Para Gil (2010, p.27), as pesquisas exploratórias “são desenvolvidas com objetivo de proporcionar visão geral de tipo aproximativo acerca de determinado fato”. Com relação as pesquisas descritivas Gil (2010, p.28) declara que esse tipo de pesquisa “tem como objetivo primordial a descrição das características de determinada população ou fenômeno ou estabelecimento de relação entres variáveis”.

No trabalho aplicou-se a pesquisa de campo, a escolha desta técnica se justifica pelo fato de querer ter uma maior aproximação do objeto de estudo (as escolas municipais de ensino fundamental do município de Redenção) e com isso, conhecer o funcionamento do ambiente e ter uma aproximação com os entrevistados.

Para a coleta de dados recorreu-se do uso de pesquisas bibliográficas e da técnica de entrevista semiestruturada e de observação.

Inicialmente utilizou-se de pesquisas bibliográficas em artigos, livros, leis, decretos, resoluções, revistas eletrônicas e sites referente a educação geral e a educação inclusiva a fim de obter um maior aperfeiçoamento sobre o tema, bem como, obter subsídios para elaboração da parte teórica do trabalho. Marconi e Lakatos (2011, p.44), definem pesquisas bibliográficas como sendo “um levantamento de toda bibliografia já publicada, em forma de livros, revistas,

publicações avulsas e impressas escritas. Sua finalidade é colocar o pesquisador em contato direto com tudo aquilo que foi escrito sobre determinado assunto”.

Em seguida, elaborou-se entrevistas semiestruturadas para ser aplicada a informantes-chaves com o intuito de coleta informações sobre a educação inclusiva no município de Redenção. Para Martins (2008, p.27), a entrevista é “uma técnica de pesquisa para coleta de dados cujo objetivo básico é entender e compreender o significado que os entrevistados atribuem a questões e situações, em contextos que não foram estruturados anteriormente, com base nas suposições e conjecturas do pesquisador”.

Depois de realizar a pesquisa de campo e coletar os dados através de entrevista com os entrevistados-chaves, as entrevistas foram transcritas e em seguida os dados foram analisados e organizados de acordo com os objetivos da pesquisa.

Para a análise dos dados foi empregada a técnica de análise do discurso. Segundo Martins (2008, p.55) “Trata-se de uma técnica útil à condução do levantamento e análise de informações de um Estudo de Caso. São frequentes as necessidades de compreender depoimentos falados e escritos de atores de um estudo dessa natureza”.

3.2 Breve Histórico da cidade onde realizou-se a pesquisa

O distrito policial de Acarape foi criado por Ato Provincial de 18 de março de 1942. Em 1968, Acarape se desmembra de Baturité sendo elevado à categoria de vila, com o nome Acarape, através da lei provincial nº 1255. (IBGE, 2017)

Em 17 de agosto de 1889, Redenção que pertencia a vila de Acarape se torna cidade pela lei provincial nº 2167. A origem do nome Redenção se deu ao fato de ser a primeira cidade brasileira a libertar seus escravos, mais precisamente no dia 01 de janeiro do ano de 1883, a exatos 134 anos. A sugestão do nome foi dada pelo abolicionista Deocleciano Ribeiro de Menezes (Barbosa et al., 2011).

Redenção é um município cearense localizado na microrregião do Maciço de Baturité, juntamente com outros 12 municípios: Acarape, Aratuba, Aracoiaba, Barreira, Baturité, Capistrano, Guaramiranga, Itapiúna, Mulungu, Ocara, Pacoti e Palmácia.

A cidade de Redenção está a 61 km da capital do Ceará, cidade de Fortaleza. De acordo com dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) em 2017, possui uma população estimada de 27.441 habitantes e uma área de 225,3 km².

O município de Redenção segundo fonte do Instituto de Pesquisa e Estratégia Econômica do Ceará (IPECE), é composto de cinco distritos: Antônio Diogo, Guassi, Faísca,

Barra Nova e São Gerardo. A gestão do município de Redenção é constituída pelo prefeito, a câmara de vereadores que conta com 12 membros e 7 secretarias municipais.

Redenção é sede da Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (UNILAB).

3.3 Local da Pesquisa

A pesquisa realizou-se em quatro escolas municipais de ensino fundamental do município de Redenção, sendo três situada na área urbana (duas escolas na Sede de Redenção e uma na Sede do Distrito de Antonio Diogo) e uma na área rural. A escolha das escolas pesquisadas se justifica pelo fato de querer conhecer se o processo de inclusão e os desafios das escolas da sede e das outras localidades do município são os mesmos ou se apresentam alguma diferença. Também foram entrevistadas, a secretaria de educação e a vice-prefeita do município de Redenção.

Por uma questão ética, escolheu-se não revelar as escolas pesquisadas e nem a identidade dos entrevistados que participaram da pesquisa. Na Tabela 1 é possível visualizar os diferentes tipos de deficiência, o ano que os alunos estudam e o total de alunos matriculados em cada escola. As escolas serão citadas como: escola A; escola B; escola C e escola D.

Tabela 1- Deficiências dos alunos matriculados nas escolas pesquisadas (continua...)

Escola A		
DEFICIÊNCIA	ANO	TOTAL
Transtorno global do desenvolvimento e Deficiência Intelectual	6º A	01
Deficiência física	6º C	01
Déficit cognitivo leve e hiperatividade	6º B	01
Deficiência	6º C	01
Nanismo	6º D	01
Síndrome Down e Deficiência Intelectual	6º C	01
Deficiência Intelectual	6ºD	01
Sem laudo	6º D	01
Deficiência Intelectual	7ºB	01
Síndrome Down e Deficiência Intelectual	7º C	01
Deficiência Intelectual e Deficiência Física	8º A	01
Deficiência Intelectual	8º C	01
Deficiência Intelectual	8º C	01
Deficiência Intelectual	9º C	01
Síndrome Down	6º C	01
Transtorno do Espectro do Autismo	7º A	01
Transtorno de conduta e retardo mental	9º C	01
TOTAL		17

Escola B		
DEFICIÊNCIA	ANO	TOTAL
Distúrbio de conduta do tipo socializado	3º A	01
Duchenhe (distrofia muscular progressiva)	3º C	01

Tabela 1- Deficiências dos alunos matriculados nas escolas pesquisadas (continuação...)

Autista	3°C/ 4° B	02
Retardo mental e epilepsia	4° A	01
Hiperativismo	1° B	01
Alunos com baixa visão	3° C/5° C	02
Estrabismo Glaucoma e doença cardíaca	2°A	01
Estigmatismo	3° B	01
TOTAL		10

Escola C		
DEFICIÊNCIA	ANO	TOTAL
Transtorno do Espectro do Autismo	2° C	01
Hiperativismo	3° B	01
Transtornos mentais e comportamentais	4° A	02
Transtorno mental	8°A	01
Deficiência mental	9° B	01
TOTAL		06

Escola D		
DEFICIÊNCIA	ANO	TOTAL
Paralisia Cerebral tipo diplesia leve	9° A	01
Paralisia cerebral tetraplégico	6° C	01
TOTAL		02

Fonte: elaborado pela autora com os dados fornecidos pelos diretores das escolas pesquisadas

A escolha das escolas para a realização da pesquisa foi feita depois de uma entrevista com a secretária de educação e com a equipe do AEE, onde foi fornecido o mapeamento das escolas que tinham alunos com deficiências matriculados.

3.4 Participantes da Pesquisa

Para a coleta dos dados utilizou-se de entrevista semiestruturada em quatro escolas municipais de ensino fundamental no município de Redenção.

Foram entrevistados quatro diretores de escolas municipais de ensino fundamental do município de Redenção, quatro pais de alunos com deficiência, seis professores, a coordenadora do AEE do ano de 2016, três professores do AEE, a secretaria de educação e a vice-prefeita do município de Redenção, contabilizando um total de vinte pessoas entrevistadas.

Para entender melhor como funciona o AEE no município de Redenção foram entrevistados os três professores do AEE e a diretora do AEE no ano de 2016. A entrevista com a vice-prefeita do município de Redenção se justifica devido ao fato dela ter participado com diretora na época da implantação do AEE no município de Redenção, também para dar a visão geral sobre a inclusão no município enquanto gestora e identificar se existe atualmente políticas públicas na área da educação inclusiva no referido município.

As entrevistas foram realizadas com os diretores, professores, pais e a secretária de educação, com intuito de alcançar o objetivo geral do trabalho: realizar uma análise de como está sendo realizada a inclusão dos alunos com deficiência nas escolas municipais de ensino fundamental no município de Redenção, assim como os objetivos específicos:

- a) Identificar as escolas que tem alunos com deficiências;
- b) Compreender como funciona o AEE no município de Redenção;
- c) Descrever os principais desafios da educação inclusiva no município de Redenção.

4. ANÁLISE DOS DADOS COLETADOS

Neste capítulo serão expostos os dados coletados durante a pesquisa. Serão descritos como funciona a educação inclusiva no município de redenção e os principais desafios de sua implantação, será apresentado também como funciona o atendimento educacional especializado (AEE), as escolas municipais de ensino fundamental do município de redenção que possuem matrículas de alunos com deficiência e os tipos de deficiências desses alunos.

4.1. Atendimento Educacional Especializado (AEE)

Atendimento Educacional Especializado (AEE) é uma complementação do ensino regular para o maior desenvolvimento dos alunos com deficiência. Esse atendimento é realizado por professores formados na área de educação especial no contra turno no qual o aluno frequenta a sala de aula regular e deve prioritariamente ser realizado na mesma escola que o aluno estuda e/ou em um centro de atendimento especializado. Para isso, as escolas devem ter acessibilidade e salas equipadas com materiais pedagógicos adequados a cada deficiência.

O AEE identifica, elabora e organiza recursos pedagógicos e de acessibilidade que eliminem as barreiras para a plena participação dos alunos, considerando as suas necessidades específicas. O AEE complementa e/ou suplementa a formação do aluno com vistas à autonomia e independência na escola e fora dela. (SEESP/MEC; 01/2008)

O AEE é foi criado para os alunos com deficiência física, mental, sensorial (visual e pessoas com surdez parcial e total), alunos com transtornos gerais de desenvolvimento e com altas habilidades.

Segundo a Secretaria de Educação especial (2008), o AEE atua junto as escolas de ensino regulares com as seguintes ações para melhorar o atendimento dos alunos com deficiência:

- a) Identificar as necessidades e elaborar plano de atendimento;
- b) Realizar atendimentos aos alunos com deficiência;
- c) Produzir materiais de acordo com as deficiências dos alunos;
- d) Adquirir materiais que melhora a aprendizagem do aluno;
- e) Acompanhar os recursos utilizados em sala de aula;
- f) Orientar as famílias e professores quanto ao recurso utilizado pelo aluno;

- g) Promover formação para os professores da escolar regular e para a comunidade escolar em geral.

4.2 O Atendimento Educacional Especializado (AEE) no Município de Redenção

Segundo informações durante a pesquisa o AEE funciona no município de Redenção desde o ano de 2006, na Escola Maria Augusta Russo dos Santos. A ideia inicial da gestão na época era construir um núcleo de atendimento especializado para os alunos com deficiência do município de Redenção, onde contaria com serviços de fonoaudióloga, terapeuta ocupacional, fisioterapeuta, psicólogo e uma equipe de professores capacitados. No entanto, essa ideia não se concretizou na prática, de acordo com alguns entrevistados, um dos motivos foi devido ao grande número de alunos na Escola Municipal de Ensino Infantil e Ensino Fundamental Dr. Edmilson Barros de Oliveira, com intuito de suprir todos esses alunos a escola se transformou por um período em anexo da referida escola acolhendo os alunos de 6º e 7º ano.

Atualmente, a referida escola conta com quatro salas destinadas para a educação especial. As salas são padronizadas pelo MEC, os banheiros são adaptados, as acomodações possuem construção de rampas para acessibilidade de cadeirantes e conta com materiais específicos as deficiências de seu alunato. Só o auditório que não é acessível aos alunos com deficiências.

Alguns materiais disponíveis no projeto foram recebidos na época da construção das salas de recursos multifuncionais. Fornecidos através da secretaria de educação especial, os outros materiais são confeccionados de acordo com as deficiências de cada aluno. Por exemplo, engrossado de lápis, jogo da memória de duas ou três peças (tem aluno que domina mais peças outros menos peças), entre outros.

A equipe do AEE é constituída por três professores formados em educação inclusiva e uma coordenadora. Esses profissionais são responsáveis pelo atendimento especializado dos alunos com deficiência, por fornecer suporte nas escolas para os professores, diretores e também a família desses alunos.

No início do ano a secretaria de Educação junto com a equipe do AEE fazem um mapeamento das escolas que possuem alunos com deficiência. Eles só têm o controle dos alunos que estão matriculados e frequentando o ensino regular. De acordo com as informações coletadas é comum que no segundo semestre tenha uma evasão do ensino regular dos alunos com deficiência, mas esses alunos não querem sair do AEE, então eles continuam no atendimento até chegar ao final do ano.

O requisito para ser matriculado no AEE é o aluno com deficiência está matriculado na escola regular, mas os pais não são obrigados a matriculara-los no AEE.

O município disponibiliza transporte para o deslocamento dos alunos com deficiência de suas localidades onde residem até a escola que é realizado o atendimento.

O aluno chega ao AEE por volta das 7:30 horas e o atendimento vai até 10:40, sempre acompanhado dos pais ou responsáveis. De acordo com uma entrevistada o ideal seria que os alunos tivessem os atendimentos todos os dias da semana, no entanto, a grande demanda não permite esse procedimento.

O atendimento ocorre de segunda a sexta, nos turnos da manhã e da tarde. Se o aluno estuda na escola regular de manhã ele vem para o AEE à tarde, se ele estuda a tarde vem para o AEE de manhã. O atendimento não é realizado de forma individual é grupal, ou seja, todos os alunos são atendidos juntos independentemente de sua deficiência. De acordo com os professores o ideal seria que os alunos fossem divididos por deficiência, mais não tem essa possibilidade pela geografia do município, uma vez que os alunos são de diferentes localidades e depende de transporte para se locomover até a sede do município de Redenção onde funciona o AEE, sendo assim, fica inviável que o atendimento seja realizado conforme as deficiências.

O atendimento do AEE segue um cronograma no qual são definidas as localidades e os dias que cada aluno deve vir para o atendimento. No quadro a seguir é possível visualizar as localidades, os dias e os horários em que cada aluno com deficiência são atendidos.

Quadro 2- Cronograma de Atendimento do AEE

Dias da semana	Manhã	Tarde
Segunda-feira	Sede de Antônio Diogo	Antônio Diogo, região do Ceru
Terça-feira	Serrinha Bela e Sede de Redenção	Itapaí e Boa Fé
Quarta-feira	Gurguri, Manoel Dias, Outeiro e Sede de Redenção	Antônio Diogo, Currais I, Susto e Sede de Redenção
Quinta-feira	Barra Nova, Piróas e Sede de Redenção	Boqueirão da Faísca, Faísca e Sede de Redenção
Sexta-feira	Sede de Redenção	Sede de Redenção

Fonte: elaborado pela autora de acordo com dados fornecidos durante a pesquisa.

Como demonstra o quadro 2, os alunos com deficiência matriculados nas escolas da sede de Redenção têm atendimentos na terça (manhã) e de quarta a sexta (manhã/tarde). Isso se dá ao grande número de alunos com deficiência serem matriculados na sede de Redenção, impossibilitando o atendimento ocorrer em apenas um dia da semana, assim como ocorre com os demais alunos das outras localidades, por isso, são atendidos em dias distintos. As demais

localidades como o número desses alunos são menores o atendimento ocorre apenas um dia na semana.

O AEE no município de Redenção não teve atendimento no primeiro semestre do ano de 2017, segundo a equipe do AEE, o motivo é devido estarem preparando um novo projeto para oferecer um atendimento completo aos alunos com deficiência para o segundo semestre.

A Secretária de Educação não quis falar sobre o motivo do AEE não estar funcionando e nem deu detalhes sobre o novo projeto. Não tive acesso ao novo projeto, com a justificativa apresentada de o projeto ainda estar em fase de elaboração.

4.3 Escolas municipais de ensino fundamental do município de Redenção que possuem matrículas de alunos com deficiência

Dados da Estatísticas da Educação Básica do Estado do Ceará, disponível no site da SEDUC, apontam que no município de Redenção existem 31 escolas municipais de ensino fundamental, 03 creches de ensino infantil, 04 escolas estaduais e 03 escolas particulares.

Com relação as 31 escolas municipais de ensino fundamental no ano de 2017, têm um percentual de 4.925 alunos matriculados, das quais 18 escolas possui matrícula de alunos com deficiências, totalizando o número de 81 alunos. No quadro abaixo é possível verificar quais são as escolas que atende os alunos com deficiência, o total desses alunos, bem como saber onde estar situada cada uma das escolas.

Quadro 3- Escolas municipais de ensino fundamental de Redenção com matrículas de alunos com deficiência (continua...)

ESCOLA	LOCALIZAÇÃO	TOTAL DE ALUNO
EMEIEF – ANTONIO BARBOSA	Susto - Antonio Diogo	07
EMEIEF -CECILIA PEREIRA	Centro de Antonio Diogo	05
CENTRO DE EDUCACAO INFANTIL FRANCISCA ARRUDA DE PONTES	Centro de Redenção	02
CENTRO DE EDUCACAO INFANTIL - RIBAMAR MORENO	Urucuzal- Antonio Diogo	02
EMEIEF - DEPUTADO ANTONIO JACO	Ceru- Antonio Diogo	06
EMEIEF - DR EDMILSON BARROS DE OLIVEIRA	Centro de Redenção	07
EMEIEF - JOAO ALVES GOUVEIA	Faixa - Redenção	06
EMEIEF - JOAQUIM JOSE DA SILVA	Gurguri – Redenção	02
EMEIEF - LUIS DIAS DAMASCENO	Barra Nova – Redenção	02
EMEIEF - MAJOR HORTENCIO HENRIQUE DAMASCENO	Serrinha Bela – Redenção	03
EMEIEF - MANOEL SARAIVA DE SOUZA	Manoel Dias - Redenção	02
EMEIEF - MARCIONÍLIA MARTINS	Currais- Antonio Diogo	01

Quadro 3- Escolas municipais de ensino fundamental de Redenção com matrículas de alunos com deficiência (continuação...)

EMEIEF - MARIA AUGUSTA RUSSO DOS SANTOS	Centro de Redenção	17
EMEIEF - NEIDE TINOCO	Itapaí – Redenção	02
EEIEF PEDRO VITORINO	Mangueiral- Redenção	05
EMEIEF - SEBASTIÃO JOSÉ BEZERRA	Outeiro - Redenção	05
EMEIEF - TERTO VENANCIO	Vila Antonio Justa -Antonio Diogo	02
EMEIEF - VICENTE FERREIRA DO VALE	Boa Fé - Redenção	04
TOTAL		81

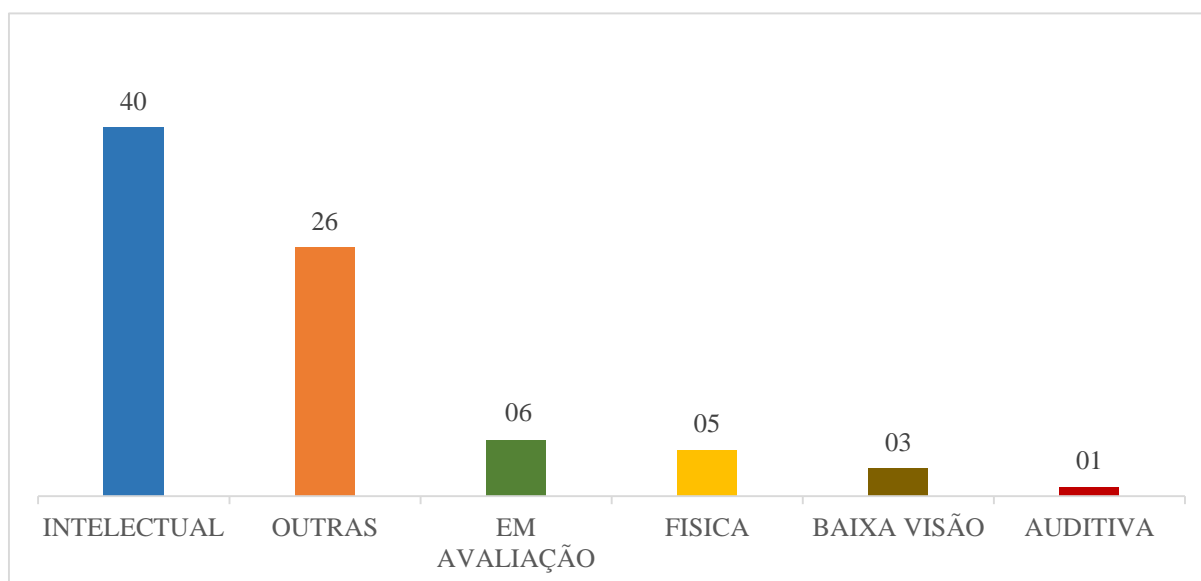
Fonte: elaborado pela autora de acordo com dados coletados na pesquisa, 2017

Observa-se pelo quadro 4, que a escola que possuem o número maior de matrícula de alunos com deficiência é a Escola Municipal de Ensino Infantil e Ensino Fundamental Maria Augusta Russo dos Santos com 17 alunos, seguida da Escola Municipal de Ensino Infantil e Ensino Fundamental Dr. Edmilson Barros de Oliveira e a Escola Antônio Barbosa ambas com 07 alunos e a com menor número encontrar-se a Escola Municipal de Ensino Infantil e Ensino Fundamental Marcionília Martins com 01 aluno.

4.4 Tipos de deficiências dos alunos matriculados nas escolas de ensino fundamental do município de Redenção

Dentre as escolas municipais de ensino fundamental do município de Redenção 81 escolas têm em suas salas de aulas alunos matriculados com diferentes deficiências, sendo elas deficiência intelectual, outras (síndrome de down, hiperatividade, autismo), em avaliação, física, baixa visão e auditiva. O gráfico1, mostra de forma mais clara em dados, através de números.

Gráfico 1- Deficiências dos alunos matriculados nas escolas de ensino fundamental do município de Redenção



Fonte: elaborado com base dos dados fornecidos pela a secretaria de educação do município de Redenção (2017)

De acordo com o gráfico 1 o número maior de alunos com deficiência inseridos nas escolas de ensino fundamental regulares no município de Redenção é de deficiência intelectual, com um número de 40 alunos, na sequencia tem as outras deficiências (síndrome de down, hiperatividade, autismo) com o total de 26 alunos, as deficiências que ainda estão em fase de avaliação, ou seja, são alunos que tem deficiência, mas que ainda não tem um laudo médico, nesse caso são 06 alunos, com deficiência física são 05 alunos, com menor número matriculado tem os alunos com baixa visão apenas 03 alunos, seguido da deficiência auditiva com 01 aluno.

4.5 A Educação inclusiva dos alunos com deficiência no município de Redenção

De acordo com as entrevistas, os alunos com deficiência do município de Redenção que procuram as escolas de ensino regular são matriculados normalmente nas localidades onde residem, nenhuma escola deixa de matricula-los por causa de sua deficiência. Esses alunos têm uma flexibilidade do horário das aulas e alguns não tem uma frequência ativa. Isso decorre do fato de que terem dia de consulta, as vezes não querem ir para aula, etc. Conforme a fala de um pai de aluno e de dois professores, essa falta de interesse em estar na sala de aula regular também se deve à falta de motivação da própria escola.

“O meu vem para a escola, mas tem dia que vem só por vir, ele não gosta de fazer dever, mas criança que é especial tem que ser estimulada, por que não quer aí pronto não faz? As vezes

ele vem mesmo só por vir para a escola. Até agora a educação no maria augusta não começou ainda e eles gostam de ir para lá. Tem material, brinquedos, meu gosta muito de ir para lá”. (Entrevistado:05)

“Os pais acompanham os filhos no AEE, já nas escolas regulares não, eles dizem que as escolas não dão a esses alunos a devida atenção. Na escola regular o ensino deixa muito a desejar”. (Entrevistado:17)

“A família é mais envolvida com atendimento educacional especializado do que com o sistema regular de ensino, não sei se é postura do professor ou da família. Agente visita as casas, e conhece a vida desses alunos”. (Entrevistado:16)

Tem casos de alunos que estão matriculados, mas não frequentam a escola, outros não aceitam as atividades e existe também os que se sentem muito bem na escola e querem fazer as atividades dos demais alunos.

“O meu ama vir para a escola”. (Entrevistado:06)

“Ela se sente bem aqui, já estudo em escola particular, só que lá não dava atenção e nem tinha o cuidado que as professoras têm aqui”. (Entrevistado:07)

“Ela é muito inteligente e até ajuda o outro colega que tem deficiência nas atividades”. (Entrevistado:09)

“Ele gosta de fazer as atividades igual dos outros colegas, não aceitam os jogos, que é de acordo com a deficiência dele”. (Entrevistado:10)

Segundo alguns entrevistados essa interação que os alunos com deficiência têm na escola com os demais alunos é de suma importância para o seu crescimento pessoal e futuramente profissional.

De acordo com as entrevistas realizadas na parte de conscientização dos alunos em relação aos direitos das pessoas com deficiência. Algumas escolas trabalham essa conscientização dos alunos e toda a comunidade escolar com relação ao preconceito e direitos dos cidadãos, mas de modo geral, não especificamente com relação os direitos da pessoa com deficiência. Outras escolas trabalham em sala de aula e utilizam-se de ferramentas como vídeos, desenhos, brincadeira, jogos entre outros. Umam admitem que precisam melhorar nesse quesito.

“A escola trabalha a conscientização dos direitos de forma geral. Com relação aos direitos dos alunos com deficiência precisa ser melhorado. ” (Entrevistado: 01)

“Os alunos que não possuem deficiência aceitam muito bem os alunos com deficiência e os ajudam sempre que preciso, geralmente eles cuidam, são atenciosos e respeitam. ” (Entrevistado:02)

Os professores tentam adaptar ao máximo as atividades realizadas nas salas com a deficiência de cada aluno. Tentam mesmo com a realidade contrária do que prevê as leis de inclusão, sem capacitação alguma com relação a educação inclusiva, eles usam a criatividade para a confecção de materiais didáticos como jogos, brincadeiras, desenhos entre outros. Alguns professores advertem, que a dificuldade maior estar em lecionar sozinho em uma sala para alunos que embora tido como normais também tem as suas dificuldades e para alunos com deficiência e muitas vezes 2 alunos com deficiências distintas na mesma sala. Veja relatos:

“Falta de apoio, por que a escola que trabalha em uma sala com 26 anos, numa sala apertadinha, e ainda tem os alunos que precisam de uma atenção diferenciada então fica difícil mesmo. É muito complicado. Falta de apoio é você e você, não tem ninguém para te dar uma mão não”. (Entrevistado:11)

“É difícil por que tem os alunos tidos como normais que tem suas dificuldades e os alunos especiais precisam de uma atenção maior, só para um professor é difícil”. (Entrevistado:12)

Segundo entrevistados a participação dos pais dos alunos com deficiência nas escolas para acompanhar o desempenho dos filhos ainda é algo que precisa ser melhorado, apenas alguns pais são presentes no âmbito escolar, no qual participam de atividades nas escolas, ajuda aos filhos com as tarefas de casa e perguntam como o filho está na sala de aula. Alguns pais, no entanto, levam os filhos até a escola, mas não perguntam as professoras pelo desempenho do filho, não trazem as atividades feitas para a escola.

“Difícilmente, talvez por não terem uma preparação de como lidar com os filhos e com a necessidade especial. Preferem protegê-los dentro de casa, não dão oportunidades para os filhos desenvolverem suas habilidades, com medo dos filhos sofrerem algum tipo de preconceito”. (Entrevistado:13)

“Alguns acompanham e exigem da escola o aprendizado dos filhos, outros não.” (Entrevistado:01)

“Alguns tem aluno que até precisa da família mais presente, tem um menino desse que são bem danado briga com os outros alunos mais a família não estar nem aí. Mas a maioria vem.” (Entrevistado:02)

“Alguns pais sim, pergunta como o aluno está, vem deixar, outros não, a gente até fala que seria bom se eles tivessem um acompanhamento em casa para desenvolver melhor a s habilidades, mas não ligam.” (Entrevistado:03)

“Eu participo.” (Entrevistado:07)

“Sim a gente está sempre aqui”. (Entrevistado:05)

A participação dos pais nas instituições de ensino na qual os filhos estão inseridos é primordial, pois é através do desenvolvimento deles que se pode saber se o ensino que estar sendo ofertado é ou não de qualidade, se os métodos e atividades estão de acordo com as deficiências e principalmente se o aluno se sente incluído na escola.

Muitos pais não sabem dos direitos que os filhos possuem e por isso não exigem das escolas, da secretaria, do prefeito e do estado a garantiam desses direitos. Porém, só exigir não é suficiente é preciso participar do processo de inclusão.

4.6 Os Desafios da Educação Inclusiva no Município de Redenção

Com base nas informações fornecidas pelos entrevistados os desafios de se implantar a educação inclusiva no município de Redenção são:

- a) A falta de capacitação para os professores do ensino regular;

Para os entrevistados esse é o maior desafio de se implantar a educação inclusiva no município de Redenção, uma vez que, é o professor o responsável pela transmissão de conhecimento em sala de aula, precisa ser capacitado para tal função. Os professores possuem formação pedagógica, porém para ensinar os alunos com deficiência é preciso que os mesmos tenham formação específica na área de educação inclusiva. Os professores das escolas de ensino regular já participaram de capacitações na área de educação inclusiva anteriormente, mas, atualmente os professores não estão recebendo formação específica, apenas os professores do AEE.

“Não tem preparação alguma. Agente como professor fica de olho e adaptando, conversando, observado, mas a escola não faz esse trabalho de capacitação”. (Entrevistado:13)

“Nesse ano não houve nenhuma formação com relação a educação inclusiva não, houve ano passado na antiga gestão, nessa gestão não houve”. (Entrevistado:14)

“Falta capacitação, a gente dar aula por que tem que dar, mas não que a gente receba formação na educação inclusiva. ” (Entrevistado:09)

“Já participei de formação, mas no momento não tem”. (Entrevistado:10)

“Agente sabe que tem as queixas, no qual muitos professores falam que não estão capacitados para receber esses alunos, por que não tem uma formação, uma graduação em cima da educação inclusiva, existe esses questionamentos do professor”. (Entrevistado:11)

“A maioria está preparado, mas nem todos. Falta tudo para eles serem preparados, por que as crianças especiais precisam ser motivadas”. (Entrevistado:12)

O processo de incluir os alunos com deficiência no ensino regular começa na sala de aula, por isso é de suma importância que os professores sejam capacitados para tal função. Esse problema não é só municipal, mas em nível nacional.

É consensual a afirmação de que a formação de que dispõem os professores hoje no Brasil não contribui suficientemente para que seus alunos se desenvolvam como pessoas, tenham sucesso nas aprendizagens escolares e, principalmente, participem como cidadãos detentores de direitos e deveres na chamada sociedade do conhecimento. (FREITAS, 2006, p.168)

A legislação brasileira em diversos instrumentos legais se atenta para a importância da formação do professor:

Art. 59. Os sistemas de ensino assegurarão aos educandos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação:
I currículos, métodos, técnicas, recursos educativos e organização específicos, para atender às suas necessidades;
III professores com especialização adequada em nível médio ou superior, para atendimento especializado, bem como professores do ensino regular capacitados para a integração desses educandos nas classes comuns; (LEI Nº 9.394, 1996)

Art. 28. Incumbe ao poder público assegurar, criar, desenvolver, implementar, incentivar, acompanhar e avaliar:
XI - formação e disponibilização de professores para o atendimento educacional especializado, de tradutores e intérpretes da Libras, de guias intérpretes e de profissionais de apoio; (LEI Nº 13.146, 2015).

b) Aceitação familiar;

Alguns pais não aceitam a deficiência dos filhos e alguns não levam o laudo do filho a escola na hora da matrícula. Isso dificulta muito o ensino aprendizagem desses alunos, pois não admitem que o seu filho precisa de um tratamento especializado além do que é oferecido na sala de aula comum. Alguns acham que deficiência é sinônimo de doença.

“Alguns pais acompanham, mas a grande maioria não procura e nem demonstra interesse no desempenho escolar desses alunos”. (Entrevistado:04)

“Tem uns pais que acompanha, mas tem uns que não tão nem aí”. (Entrevistado:03)

Inclusive nas três escolas pesquisadas tinha alunos sem laudo médico. Os diretores falaram que pedem que a família leve o laudo médico para a escola, no entanto nem todos levam.

c) Não ter cuidador;

O fato de não ter um cuidador para ajudar os professores no ensino aprendizagem dos alunos com deficiência, acabar por dificultar o desenvolvimento desses alunos, principalmente quando é visível que aluno precisa de alguém com ele para lhe auxiliar. Diretores e professores acham que o ideal seria que tiver alguém na sala para ajudá-los.

“Tem só um aluno que necessita de cuidador, mas o estado não forneceu. Só temos os professores do AEE que fazem o acompanhamento dentro de sala de aula, por que alguns alunos não têm aquele comportamento devido em sala, mas falta o município fornecer um cuidador. Mas, no momento ainda não”. (Entrevistado:01)

“Por que não tem um cuidador, aqui na escola agente tem a necessidade de um cuidador o 1º ano, 3º ano, uma menina que até para ir ao banheiro tem dificuldade e um menino. A maior dificuldade que a gente encontra, por que o professor estar em sala de aula lhe dando com 25, 26 alunos com 1 ou 2 com deficiência e o cuidador iria facilitar. Quando a turma tem um aluno é menos complicado”. (Entrevistado:02)

Conforme a Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015, que institui a Lei brasileira de inclusão da pessoa com deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência). Prevê em seu Art. 28, XVII a “oferta de profissionais de apoio escolar”. (BRASIL, 2015).

Lei nº 12.764, de 27 de dezembro de 2012 que institui a política nacional de proteção dos direitos da pessoa com transtorno do espectro autista. Expressa no Art. 3º, sendo como um dos direitos da pessoa com transtorno do espectro autista: “Parágrafo único. Em casos de comprovada necessidade, a pessoa com transtorno do espectro autista incluída nas classes comuns de ensino regular, nos termos do inciso IV do art. 2º, terá direito a acompanhante especializado”. (BRASIL, 2012).

De acordo com o Projeto de Lei 8014/10, aprovado em 2014 pela Comissão de Educação torna obrigatória cuidador em escolas regulares para auxiliar alunos com deficiência, quando necessário. A proposta está para ser julgada no Senado, se aprovada o projeto estabelece que no art. 58 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que institui as diretrizes e bases da educação nacional, passa a vigorar acrescido do seguinte § 2º:

Quando necessário para promover o atendimento educacional na escola regular, e em função das necessidades específicas do aluno, será assegurado ao educando portador de necessidades especiais a presença de cuidador no estabelecimento de ensino, para atendimento das suas necessidades pessoais. (LEI Nº 9.394, 1996)

De acordo com os instrumentos legais citados a cima, ver-se a importância de um professor de apoio nas salas de aula, para garantir que o conteúdo dando em sala de aula seja absorvido por todos os alunos que estão na sala de aula. Todavia a presença de um cuidador se

justifica se aluno com deficiência não tiver condição de desempenhar as atividades sozinhas. E, na prática sabe-se que mesmo os casos que permite um cuidador, não é assim tão fácil de conseguir de imediato que o governo disponibilize.

d) Falta de material pedagógico específico;

As escolas até têm material específico de acordo com as deficiências dos alunos, mas não em número suficiente, alguns professores reclamam que não sabem usa-las e que não utilizam sempre devido o tempo de aula ser muito curto para trabalhar o conteúdo com os alunos com e sem deficiências, considerando que ambos têm tempo e metodologia de aprendizagem diferentes.

“A escola conta com materiais adequados a cada deficiência dos alunos dentro da educação especial, mais não é usado em sala de aula por que o professor, não tem especialização com todas as deficiências para usar. Não tem condição de o professor trabalhar com o conteúdo dentro da sala e ainda com material para a criança especial”. (Entrevistado:10)

“Era para ter uma sala de AEE, retirar aluno da sala de aula para trabalhar com aquele material psicopedagogo, mas não existe não, essas coisas aqui no município de redenção”. (Entrevistado:12)

“A escola conta com materiais didáticos específicos, só que em pouca quantidade”. (Entrevistado:19)

A acessibilidade nas escolas não se refere apenas na locomoção dos alunos com deficiências, ela envolve também acessibilidades nos métodos de ensino e materiais de acordo com as deficiências.

e) Falta de apoio da escola e do governo;

A escola inclusiva conta com a participação de todos nesse processo, pais, professores, alunos, diretores e gestores públicos. Não é possível fazer inclusão apenas com a participação de um desses atores. A queixa de alguns entrevistados é falta de apoio da gestão municipal, de outros é a falta de políticas públicas inclusivas.

“Falta de apoio, por que a escola que trabalha em uma sala com 26 anos, numa sala apertadinha, e ainda tem os alunos que precisam de uma atenção diferenciada então fica difícil mesmo. É muito complicado. Falta de apoio é você e você, não tem ninguém para te dar uma mão não”. (Entrevistado:09)

“Que eu saiba a escola não recebe nenhum apoio, se recebe nunca me disseram”. (Entrevistado:10)

“Seria bom se o diretor e a secretaria fossem mais presentes, o professor fica na sala e ninguém vem ver se ele precisa de alguma coisa não.” (Entrevistado:11)

“Falta políticas públicas”. (Entrevistado:19)

“Implementação de políticas inclusivas”. (Entrevistado:20)

f) A geográfica do município.

Para alguns entrevistados esse é um ponto que dificulta o atendimento, pois as regiões são distantes umas das outras e um acesso é complicado.

“A questão geográfica do município por não ser uma região plana, tem as regiões que são de difícil acesso. Por que tem município que é plano e as coisas ocorrem de forma mais rápida”. (Entrevistado:20)

“A geografia do município é complicada, por que se não fosse isso, os atendimentos especializados ocorreriam pelas deficiências, ou seja, todas as deficiências eram atendidas no mesmo dia, mas não é possível por que as localidades são distantes”. (Entrevistado:17)

Uma das formas resolver essa questão seria que o atendimento especializado dos alunos com deficiência foi realizado na própria escola que eles estudam em salas multifuncionais com equipamentos específicos e profissionais capacitados. Com isso, não teria a necessidade de virem para a sede do município para o atendimento uma vez por semana, no entanto essa integração que com outros alunos com deficiência também é importante para o aprendizado dessas crianças.

O que alguns entrevistados classificam como desafios pode ser considerado como problema, analisando do ponto de vista da implantação da educação inclusiva nas salas de aula regular, sendo que, para a inclusão acontecer de fato, como já foi debatido ao longo deste trabalho é necessária uma junção de todos os atores que compõem os sistemas de ensino. E mais ainda, é preciso que essas pessoas que estejam envolvidas no processo de inclusão sejam capacitadas para tal.

4.7 A educação inclusiva no município de Redenção na visão dos entrevistados

Quando indagados sobre como eles veem a inclusão escolar dos alunos com deficiência no município de Redenção, deram as seguintes respostas:

“Não temos ainda a inclusão, acredito que nós temos a inserção, portanto poucas salas tem a inclusão real, e isso não é só a nível de município, de Estado mais a nível de país. Mais é um fato para chegar a real inclusão, essa é minha esperança, esse é o meu desejo. É uma luta que a gente só vai conseguir se a família se envolver através de Leis, de Instituição e fazer valer aquela inclusão realmente acontecer”. (Entrevistado:15)

“A escola ainda tem muito a fazer para se tornar de fato inclusiva, mas, muito já foi feito, como por exemplo a questão da acessibilidade nas salas e nos banheiros”. (Entrevistado:03)

“Relevante, mas os docentes precisam estarem preparados para lidar com o ensino aprendizagem desses alunos”. (Entrevistado:14)

“Eu vejo a educação inclusiva no município de Redenção como uma criança que está engatinhando”. (Entrevistado:17)

“Acho que temos muito a fazer, mas com certeza já fizemos muitos considerando que em muitos municípios, nem o básico tem. ” (Entrevistado:18)

“A preocupação devia ser de todos, só assim teria de fato a inclusão. ” (Entrevistado:10)

“A gente tem muito ainda que fazer para a inclusão dos alunos especiais ser de fato inclusiva, mas o mais importante é que dermos o pontapé inicial”. (Entrevistado:04)

Cada entrevistado tem uma visão diferente de como está delineada a educação inclusiva de alunos com deficiência na educação básica no município de Redenção, mas todos concordam que a educação precisa de mudanças significativas e determinantes para se tornar uma educação que agregue conteúdo eficientes e conhecimento de qualidade para todos os alunos.

4.8 Reflexões acerca da pesquisa de campo

Alguns profissionais entrevistados ficaram um pouco perplexos pelo fato de uma aluna de Administração pública estar interessada no tema de educação inclusiva, como pode verificar nas falas de alguns entrevistados: *“e pode aluna de Administração escrever sobre educação inclusiva?;e teu curso nem administração, não? ”; “tu fazes pedagogia? ”; a Universidade liberou escrever sobre o tema? ”*

Essa situação só confirma a falta de conhecimento das pessoas sobre as funções do administrador público, ora, se a preocupação em elaborar, implantar e fiscalizar as políticas públicas em consonância com as demandas advindas da sociedade não é do administrador, então de quem é? Ou então, se o fato de pessoas por possuem alguma deficiência não estarem inseridos no ensino público de qualidade não é motivo de preocupação, não sei o que se evidencia como problema. Outro detalhe é que se depois de passados 5 anos estudando Administração Pública e no final do curso eu não entendesse o significado de público, certamente teria escolhido a profissão errada.

Em contrapartida, teve também as pessoas que se entusiasmaram com o tema da pesquisa e pelo fato de ser realizada no município de Redenção. Algumas relataram a

importância da pesquisa: *“que bom esse tema, é sério?”*; *“fico feliz por você estar trabalhando um tema tão importante; “ espero que com as pesquisas os gestores vejam a dificuldades que a gente enfrenta no dia a dia com a educação inclusiva”*; *“isso é ótimo, é como se você estivesse dando um retorno para a prefeitura de como estar sendo trabalhada a inclusão na pratica”*.

Confesso que tive muitas dificuldades na obtenção dos dados, teve casos em que foi meses esperando para ser marcada uma entrevista e quando consegui, outra demora para receber o retorno das questões respondidas como os dados, já que teve alguns entrevistados que preferiram responder as questões em outro momento e depois me entregar. Sem contar, as pessoas que ficavam me jogando de um lado para outro, chegava em um local a busca de dados e relatavam não ser aquele local onde os dados poderiam ser disponibilizados, mandavam para ir em buscar em outro, chegando lá me mandavam de volta ao local que tinha indo anteriormente.

Nessa situação acho que faltou profissionalismo e um pouco de boa vontade em colaborar com a pesquisa. É evidente que todos têm suas atribuições e responsabilidades e são muitos ocupados, mas um pouco de bom senso e boa vontade não faz mal a ninguém.

Mas, também encontrei pessoas que foram muito atenciosas e gentis comigo e aceitaram de imediato colaborar com a pesquisa.

Confesso também que nunca pensei em mudar de tema, apesar de tidos algumas sugestões, a inclusão das pessoas com deficiência nas escolas públicas de ensino fundamental foi um tema que me instigou desde o primeiro momento.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante dos dados coletados e do que foi exposto durante a elaboração do trabalho, serão apresentados agora as considerações finais.

No que se refere a legislação inclusiva brasileira, existem diversos instrumentos legais que garantem o direito das pessoas com deficiências e principalmente a inserção dos mesmos nas instituições públicas de ensino.

No entanto, nada adianta existir várias leis que garantam o direito da pessoa com deficiência a estudar na escola regular se a lei não é cumprida, tão pouco exigir que as escolas prestem um ensino de qualidade se o governo não fornece ferramentas para a execução dos mesmos. É louvável menos ainda, os pais atribuírem a responsabilidades total a escola no aprendizado do filho, se os mesmos não participarem desses processos de educação, é necessário se juntar pais, escolas, gestão municipal e irem em busca de melhorias para educação das pessoas com deficiências.

Com as pesquisas ficou evidenciado que os professores do ensino básico do município de Redenção não estão recebendo capacitação na área da educação inclusiva cabe a gestão municipal atentar para esse problema e procurar soluções imediatas. Para entender que esse fato, todos os entrevistados configuram a falta de capacitação dos professores como problema e/ou desafio.

Os desafios da implantação da educação inclusiva nas escolas públicas de ensino fundamental do município de Redenção são: A falta de capacitação para os professores do ensino regular; aceitação familiar; não ter cuidador; falta de material pedagógico específico; falta de apoio da escola e do governo; a geográfica do município. Para solucionar esses problemas uma sugestão seria os gestores públicos do município de Redenção juntamente com os pais, alunos, profissionais das escolas e UNILAB formularem um projeto que tivessem medidas para tornar a educação municipal de Redenção mais inclusiva.

De acordo com a pesquisa a única política pública que existe atualmente no município de Redenção com relação a educação inclusiva dos alunos com deficiência é o AAE. No entanto, o AEE não é uma solução de inclusão, o atendimento especializado é um complemento do ensino básico e para isso o aluno tem que estar frequentando a escola regular.

Para Figueiredo (2010) apenas o atendimento educacional não garante a aprendizagem dos alunos, é preciso mudanças substanciais no interior da escola, nos sistemas de ensino, na colaboração dos gestores, da equipe técnica, dos professores da sala comum e do AEE para que o desenvolvimento desses alunos se torne uma prática das escolas.

Se faz necessário no município a criação de políticas públicas que permita o acesso e a permanência dos alunos com deficiência na escola.

Os professores dentro de suas limitações procuram fazer o melhor para conseguirem oferecer um atendimento satisfatório a todos os alunos, no entanto é difícil quando não se tem nenhuma formação em educação inclusiva.

Nesse sentido pode-se chegar à conclusão que a educação inclusiva de alunos com deficiência nas escolas municipais de ensino fundamental no município de Redenção estar em fase de adequação, pois os alunos que possuem deficiência se deparam com um ensino com falhas, uma vez que os professores não estão sendo preparados para trabalhar com as diversas deficiências, também há falta de material didático suficiente para todos os alunos de acordo as necessidade dos alunos e falta apoio dos órgãos públicos.

Como afirma um entrevistado: “ *a inclusão no município de Redenção ainda estar engatinhando*”. Espera-se que ela consiga dar os seus primeiros passos num futuro breve e que as políticas públicas de inclusão em Redenção, apesar das dificuldades de um município de pequeno porte, possam ser aprimoradas. Por isso, faz-se necessário um olhar diferenciado da Administração pública para este segmento da população que carece de oportunidades de inclusão social e, conseqüentemente, ter garantido o exercício de sua cidadania pelas instituições públicas.

REFERÊNCIAS

BARBOSA, Anna Emília Maciel...[et al]. *Descobrimo e construindo Redenção*. 1. ed-Fortaleza: Edições Demócrito Rocha, 2011.

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil 1988. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm>. Acesso em: 24 mar. 2016

BRASIL. Ministério de Educação e Cultura. **LDBN - Lei nº 9.394/96**, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da Educação Nacional. Brasília: MEC, 1996. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L9394.htm. Acesso em: 11 mar. 2016

BRASL. Senado Federal. **Estatuto da Criança e do Adolescente**. Disposições Constitucionais Pertinentes a Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990. Brasília: 2005. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L8069.htm> Acesso em: 24 mar. 2016

BRASIL. Presidência da República. **Lei nº. 13.146**, de 6 de julho de 2015. Dispõe sobre a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência. Brasília: 2015. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2015-2018/2015/Lei/L13146.htm> Acesso em: 11 mar. 2016

BRASÍLIA. Presidência da República. **Lei nº lei n. 7.853, de 24 de outubro de 1989**. Dispõe sobre o apoio às pessoas portadoras de deficiência. São Paulo: 1986. Disponível em:<http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L7853.htm>. Acesso em: 24 mar. 2016

BRASÍLIA. Presidência da República. **Decreto nº 3.298**, de 20 de dezembro de 1999. Regulamenta a Lei no 7.853, de 24 de outubro de 1989, que dispõe sobre a Política Nacional para a Integração da Pessoa Portadora de Deficiência. Brasília: 1999. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/d3298.htm> Acesso em: 11mar. 2016

BRASÍLIA. Presidência da República. **Decreto nº 3.956**, de 8 de outubro de 2001. Promulga a Convenção Interamericana para a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra as Pessoas Portadoras de Deficiência. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/2001/d3956.htm> 05 de set 2016

BRASÍLIA. Ministério da Educação Secretaria de Educação Especial. Programa Educação Inclusiva: Direito à Diversidade. 2005. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/orientador1.pdf>> 05 de set 2016.

BRASÍLIA. Câmara de Educação Básica. **Resolução CNE/CEB Nº 2**, de 14 de setembro de 2001. Institui Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica. Diário Oficial da União, Brasília: 2001. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/CEB0201.pdf>> Acesso em: 04.out 2016

CONADE- **Conselho Nacional dos Direitos da Pessoa com Deficiência** disponível em: <<http://www.pessoacomdeficiencia.gov.br/app/conade>> Acesso em: 05 de set 2016

DECLARAÇÃO DE SALAMANCA. **Sobre princípios, políticas e práticas na área das necessidades educativas especiais**. Salamanca-Espanha:1994. Disponível em: <http://redeinclusao.web.ua.pt/docstation/com_docstation/19/fl_9.pdf> Acesso em: 11 mar. 2016

Estatísticas da Educação Básica do Estado do Ceará. SEDUC. Disponível em:
<http://dados.seduc.ce.gov.br/municipio/dados_gerais/2311603> Acesso em: 18 de out. 2017

Estatuto da pessoa com deficiência. Disponível em:
<http://www.pessoacomdeficiencia.gov.br/app/sites/default/files/arquivos/%5Bfield_generico_imagens-filefield-description%5D_93.pdf> Acesso em: 30 ago. 2016

Educação Inclusiva: v. 3: a escola / coordenação geral SEESP/MEC; organização Maria Salete Fábio Aranha. – Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Especial, 2004. 26 p. Disponível em:< <http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/aescola.pdf>> Acesso em: 28 abr. 2016

GLAT, Rosana; PLETSCHE, Márcia Denise; SOUZA, Fontes Rejane. Educação inclusiva & educação especial: propostas que se complementam no contexto da escola aberta à diversidade Educação. **Revista do Centro de Educação** [online]. vol. 32, n. 2, 2007, p. 343-355. Universidade Federal de Santa Maria Santa Maria, RS, Brasil. Disponível em:
< [Http://www.redalyc.org/html/1171/117117241006/](http://www.redalyc.org/html/1171/117117241006/)> Acesso em: 23 de set. 2017

GIL, Antônio Carlos. Métodos e Técnicas de Pesquisa Social. 6. ed. 3. reimpr. São Paulo: Atlas, 2010.

GIL, Marta. Educação Inclusiva: o que o professor tem a ver com isso? São Paulo, 2005. Disponível em: <http://livraria.imprensaoficial.com.br/media/ebooks/12.0.813.161.pdf>> Acesso em: 06 mai. 2016

IBGE. População de Redenção. Disponível em:
< <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/ce/redencao/panorama>> Acesso em: 10 de out. 2017

IBGE. Histórico de Redenção: Disponível em:
<<https://cidades.ibge.gov.br/brasil/ce/redencao/historico>> Acesso em: 10 de out. 2017

INCLUSÃO: **Revista da Educação Especial**/Secretaria da Educação Especial. Brasília, v. 4, n. 1, p. 1-61, jan. /jun. 2008. Disponível em:
<<http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/revistainclusao1.pdf>> Acesso em: 12 de out. 2016

INCLUSÃO: **Revista da Educação Especial** / Secretaria de Educação Especial. v. 1, n. 1 (out. 2005) - Brasília: Secretaria de Educação Especial, 2005. Disponível em:
<<http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/revistainclusao1.pdf>> 13 out.2016

INCLUSÃO: **Revista da Educação Especial** / Secretaria de Educação Especial. v. 5, n. 2 (jul/dez) - Brasília: Secretaria de Educação Especial, 2010. Disponível em:
<http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=7126-revista-8-pdf&Itemid=30192> Acesso em: 23 de set. 2017

LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina de Andrade. **Metodologia do Trabalho Científico**: procedimentos básicos, pesquisa bibliográfica, projeto e relatório, publicações e trabalhos científicos. 7.ed. São Paulo: Atlas, 2011.

MANTOAN, Maria Teresa Eglér. A Educação Especial no Brasil – da Exclusão à Inclusão Escolar. Universidade Estadual de Campinas Faculdade de Educação- Laboratório de Estudos e Pesquisas em Ensino e Diversidade – LEPED/Unicamp. Disponível em: <<http://www.lite.fe.unicamp.br/cursos/nt/ta1.3.htm>> Acesso em: 24. Mar.2016

MANTOAN, Maria Teresa Eglér. Educação escolar de deficientes mentais: problemas para a pesquisa e o desenvolvimento. **SCIELO**, Campinas, vol.19, n.46, Set.1998. Disponível em:<http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S01012621998000300009>. Acesso em 24 mar. 2016

MANTOAN, Maria Teresa Eglér. (2000). Todas as crianças são bem-vindas à escola. **Revista Profissão Docente**, Uberaba, v.1, n.2, p.1-19, mai. /ago.2001. Disponível em: <<http://www.revistas.uniube.br/index.php/rpd/article/view/32/515>> Acesso em: 24 mar. 2016

MARTINS, Gilberto de Andrade. **Estudo de Caso**: uma estratégia de pesquisa. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

MAZZOTTA, Marcos José da Silveira; SOUSA, Sandra M. Zákia L.. Inclusão escolar e educação especial: considerações sobre a política educacional brasileira. **Estilos da clínica**. São Paulo, v. 5, n. 9, p. 96-108, 2000. Disponível em: <http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1415-71282000000200007> Acesso em: 23 de set. 2017

MRECH, Leny Magalhães. O que é educação inclusiva? Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo, 2001. Disponível em: <http://www.inclusao.com.br/projeto_textos_23.htm> Acesso em: 30 ago. 2016

ONU. Assembleia Geral da Organização das Nações Unidas. Resolução n.30/84. Declaração dos Direitos das Pessoas Portadoras de Deficiências. Organização das Nações Unidas. 1975. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/dec_def.pdf> Acesso em: 29 mar. 2016

Plano Nacional da Educação Especial. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/plano1.pdf>> Acesso em: 30 ago. 2016

SASSAKI, Romeu Kazumi. Como chamar as pessoas que têm deficiência? **Revista da Sociedade Brasileira de Ostomizados**, ano I, n. 1, 1º sem. 2003, p.8-11. [Texto atualizado em 2009]. Disponível em: <<http://www.planetaeducacao.com.br/portal/artigo.asp?artigo=1855>> Acesso em: 05 de set 2016.

SASSAKI, Romeu Kazumi. Entrevista para A Secretaria de Educação Especial, do Ministério da Educação- MEC, publicada na **Revista Integração** (NI 20, Ano 8, pp. 810, 1998). Disponível em: <http://www.educacaoonline.pro.br/index.php?option=com_content&view=article&catid=6:educacaoinclusiva&id=108:entrevista-com-romeu-kazumi-sasaki-realizada-pela-secetaria-de-educacao-especial-do-ministerio-da-educacao-e-do-desporto> Acesso em: 30/09/2016

YIN, Robert K. Estudo de caso: planejamento e métodos; tradução: Ana Thorell; revisão técnica: Claudio Damacena. 4 ed. Porto Alegre: Bookman, 2010.

APÊNDICES

APÊNDICE A- Entrevista com a Secretária de Educação do município de Redenção

Dados: Quantas escolas existem no município? Quantas escolas de ensino fundamental? Quais escolas tem alunos com deficiências? Total de alunos e total de alunos com deficiência em cada escola? Quais as deficiências?

1. Existe educação inclusiva no município de Redenção? Como funciona?
2. Existe algum projeto no município de Redenção referente a educação inclusiva no ensino básico?
3. O governo fornece recursos para a implantação da educação inclusiva?
4. As escolas recebem materiais de acordo com cada necessidade dos alunos deficientes?
5. De que forma as escolas estão preparando seus docentes para trabalhar adequadamente a questão da inclusão?
6. Quais os principais desafios de se implantar a educação inclusiva no município de Redenção?
7. As escolas do município atende a Legislação que trata dos direitos dos deficientes?
8. Tem alguma escola que tenha um cuidador?

APÊNDICE B

Entrevista como os diretores (as) das escolas de ensino básico

1. Quantos alunos no total estão matriculados na escola? Quantos alunos com deficiências?
2. Quais as deficiências, series e turnos que esses alunos com deficiência estudam?
3. O projeto pedagógico da escola inclui a educação inclusiva?
4. Como a escola age quando sabe que tem que matricular alunos deficientes? Quais as justificativas apresentadas no caso de não aceitarem esses alunos?
5. Como os professores veem a questão da inclusão quando têm que trabalhar com um aluno deficiente?
6. A escola está preparada para incluir os alunos deficientes? Quais os desafios de receber esses alunos na escola regular?
7. Quais as responsabilidades de docentes e gestores no processo de Educação inclusiva?
8. Quais as maiores dificuldades da escola em trabalhar com a educação inclusiva?
9. Como os outros alunos se comportar com os alunos deficientes?
10. Os pais de alunos deficientes acompanham o desenvolvimento desses alunos junto com a escola?
11. A escola trabalha a conscientização dos alunos sobre os direitos das pessoas deficientes?
12. As estruturas físicas das escolas são adequadas para receber esses alunos?

APÊNDICE C

Entrevista com os professores (as)

1. Quais os maiores desafios da educação inclusiva no município de Redenção para o professor?
2. Você em quanto professor recebeu alguma formação em relação a educação inclusiva? Já participou de formação anteriormente?
3. Os pais de alunos acompanham o desenvolvimento desses alunos junto a escola?
4. Os alunos têm acesso a materiais didáticos de acordo com sua deficiência?
5. Como você vê a questão da inclusão escolar dos alunos com deficiência?
6. A escola recebe apoio de algum órgão?
7. Como a escola prepara os alunos para receber colegas com deficiência?

APÊNDICE D

Entrevista para os pais de alunos

1. Como foi a acolhida do seu filho na escola?
2. Você acha que os professores estão preparados para lidar com a deficiência do seu filho?
3. Você acha que seu filho está sendo preparado pela escola nos conteúdos compatíveis com a sua série?
4. Como seu filho se sente na escola regular?
5. Seu filho estudou sempre na escola pública?
6. Há um interesse da escola em ter um diálogo com a família?
7. Como você sente a resposta do estado ao problema do seu filho?
8. Você acompanha o desenvolvimento do seu filho na escola?

ANEXOS**ANEXO I - carta de apresentação****Carta de apresentação**

Prezado(a) Gestor(a),

Meu nome é Vilma Faria e sou docente do curso de Administração Pública da UNILAB. Venho por meio desta carta apresentar a estudante Gleiciane Liberato da Silva que está realizando uma pesquisa de campo a fim de realizar seu trabalho de conclusão de curso (TCC). Gostaria de solicitar a V.Sa a gentileza de conceder a estudante acima citada permissão para levantar dados na instituição, tais como entrevistas com funcionários e pesquisa documental. Agradeço antecipadamente vossa atenção para com a referida estudante.

Redenção, 22 de junho de 2017

Maria Vilma Coelho Moreira Faria

Maria Vilma Coelho Moreira Faria

Profa Adjunta IV- UNILAB

Siape: 1773869

A COORDENAÇÃO
Curso de Administração
Pública, Presencial
UNILAB

P.S. Qualquer esclarecimento adicional, favor entrar em contato pelo Cel:
985721445 (oi)